

Fernando Atique

Edifício Esther: Impactos Dolosos de seu Tombamento

Resumo

Este artigo trata do panorama da preservação do patrimônio arquitetônico moderno nacional, tendo como objeto de reflexão o Edifício Esther, localizado na Praça da República, em São Paulo. Uma das primeiras manifestações de Arquitetura Moderna no país, este edifício vem sendo alvo de ações governamentais no sentido de sua conservação e preservação. Tais ações, entretanto, revelam-se contraditórias na medida em que conservam algumas descaracterizações sofridas pelo edifício desde os anos 70, e, também, por não contar com a adesão de seus proprietários e usuários neste processo.

Introdução

O panorama da preservação da Arquitetura Moderna no país apresenta-se como desconfortante, pois esbarra em diversas questões que não se mostram elucidadas, quer seja por parte dos órgãos públicos de preservação, quer seja por parte da população usuária. A postura de preservação no Brasil, instaurada junto com Serviço de Patrimônio Histórico Nacional na década de 30, era, como se sabe, extremamente seletiva. Bens patrimoniais, móveis e imóveis, só se tornavam passíveis de proteção, se pertencessem ao período de manifestações do colonial ou barroco brasileiro, ou se fossem considerados pelos técnicos envolvidos nos trâmites da preservação, como de excepcional qualidade. A dificuldade enfrentada nos últimos anos na superação de tal política preservacionista, entretanto, não conseguiu abrir fendas suficientes para reverter o processo de alienação que abraça a população, parcela preponderante para a sondagem da significância e da representatividade social de um *bem patrimoniável*.

Reflexo tardio desta tradicional postura preservacionista brasileira, o processo de tombamento do Edifício Esther, localizado na Praça da República, em São Paulo, demonstra com clareza, que os instrumentos usados na preservação da arquitetura moderna nacional precisam ser formulados, sobretudo no que se refere à disseminação da importância deste Movimento Arquitetônico na constituição das cidades brasileiras. A falta de *intimidade* entre os usuários e arquitetura, revela-se como a arma mais letal para o desaparecimento de exemplares preciosos do

modernismo, do qual o Esther é exemplo irrefutável. O desconhecimento por parte da maioria da população, das reais intenções em se preservar um bem imóvel – constantemente associado à imagem de um *museu*, estático, incapaz de abrigar funções da dinâmica urbana -, faz com que usuários e proprietários instaurem um processo de descaracterizações com o intuito de impedir a preservação e, assim, garantir, em última instância, a posse do terreno ocupado por este bem. Lamentavelmente, muitas destas descaracterizações acabam sendo preservadas ao se concretizar o tombamento, e não apenas perpetuam o desrespeito da população frente um bem cultural, mas atestam a ineficácia na transmissão da importância de bens culturais para a vida dos cidadãos, bem como deixam latentes a morosidade dos trâmites de tombamento no país.

Estas divergências, presentes todas, em maior ou menor grau no processo de tombamento do Edifício Esther, estão contidas no corpo deste trabalho, e permitem verificar que a imagem de renovação transmitida pela demolição de exemplares do passado, e a consecutiva construção dos primeiros exemplares da Arquitetura Moderna brasileira, parece querer se voltar sobre os mesmos, tentando eternizar parâmetros que se mostram passíveis de reformulação na atualidade.

As Mutações no Estabelecimento de uma Metrópole

Durante a década de 30, circulavam pelas ruas da cidade de São Paulo, nos bondes da Light, *slogans* que procuravam denotar de forma direta e incisiva a condição de São Paulo: "*a cidade que mais cresce no mundo*"; ou então: "*Nova Iorque na América do Sul*". Antes de serem simplesmente instrumentos de propaganda, estes anúncios imputavam diariamente nas mentes dos cidadãos a imagem do nascimento de uma metrópole.

De forma semelhante, vários prédios começam a romper o gabarito da cidade, despontando como emblemas de uma renovação almejada: a Modernidade. A verticalização de São Paulo pode ser entendida como mais um dentre os inúmeros afãs de nossa sociedade em transformar-se, em buscar o mais recente como sinônimo de melhoria, como aponta Lévi-Strauss¹.

O Edifício Esther, projetado entre 1934 e 1938 pelos arquitetos cariocas Vital Brazil e Adhemar Marinho, pode ser considerado como um exemplo desta imagem de nascimento de uma metrópole. Vinculado aos preceitos do racionalismo arquitetônico, em franca difusão pelo mundo desde as primeiras décadas do século XX, o Esther surge em São Paulo instaurando uma série de princípios que estavam começando a aparecer na arquitetura brasileira de forma contida. Com seus dez pavimentos, causou uma incontestável dissonância numa área onde os prédios ainda não haviam ultrapassado três pavimentos. Com sua cor amarelo-palha, realçava não apenas sua arquitetura, mas também a ambiência da Praça da República.

Todavia, o Edifício Esther foi preponderante para a disseminação da idéia de que a habitação coletiva não era sinônimo de habitações insalubres ou '*encortiçadas*', como circulava

recorrentemente no meio urbano brasileiro. Ao proporcionar o surgimento dos primeiros apartamentos *duplex* de São Paulo – talvez do Brasil -, o Edifício Esther arrebanhou uma porção seleta de intelectuais, artistas e empresários, que atraídos pelo *status* que a edificação lhes proporcionaria, foram responsáveis pela solidificação de investimentos em prédios de apartamentos na capital.

Idealizado pelo industrial Paulo de Almeida Nogueira, superintendente da Usina Açucareira Esther, sediada em Cosmópolis, interior de São Paulo, o Edifício Esther resultou de uma seleção feita pelos proprietários, de algumas propostas encomendadas a profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Destinado a abrigar a sede das empresas comandadas por Nogueira, o Edifício projetado por Brazil e Marinho é reflexo de uma época de modificações na arquitetura do país, e se mostra como exemplar fiel de preceitos do *International Style*: janelas corridas, pilotis, terraço-jardim, flexibilidade espacial mediante o re-arranjo de painéis de vedação pré-fabricados, entre inúmeros outros.

Sua implantação fez surgir duas novas vias de circulação, as ruas Gabus Mendes e a Basílio da Gama, contribuindo, também, para o estabelecimento dos gabaritos e proporções para as edificações que o sucederam no vertente das ruas Sete de Abril, Marconi e Ipiranga.

Marco inquestionável nas estruturas urbanas, o Esther também foi marco no panorama cultural ao abrigar a primeira sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil, o Clube dos Artistas e Amigos da Arte, e uma considerável parcela de pintores, escultores, arquitetos e literatos, que envoltos por sua suposta atmosfera de manifesto à almejada Modernidade, corroboraram por anos, para a transmissão da imagem de um prédio *sui generis* na capital.

Preservação Autóctone

A cada período de modificação econômico-social por qual passa a cidade, parece soar como obrigatório a reelaboração de uma região de prestígio, capaz de se destacar do território da cidade pelo *status* que lhe é imputado. A este fenômeno têm-se denominado *deslocamento das centralidades*.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, a centralidade econômica e social de São Paulo passou do triângulo onde se originou a cidade, para a região dos Largo dos Curros, conhecida hoje como região da Praça da República ou de *Centro Novo*. Este *Centro Novo* começou a aglutinar uma sucessão de características que eram divergentes da dinâmica que a cidade conhecia desde a introdução do padrão de urbanização européia via Bouvard no começo do século. O estilo de vida americano avança na cidade mediante a ação do cinema, do automóvel e do arranha-céu ainda nos anos 20, e transforma a dinâmica urbana, colocando no cotidiano hábitos diretamente advindos das telas das salas de projeção.

Neste período, acentua-se a visibilidade da iniciativa privada na construção da cidade, proporcionando o surgimento de uma grande parcela dos principais edifícios verticalizados de São Paulo. O Edifício Esther, idealizado e construído por uma Usina Açucareira do interior, não apenas possibilitou com que uma proposta moderna de arquitetura fosse construída, como inseriu certas estruturas que foram peculiares no escopo de formas de gestão e administração destes edifícios.

Em 1939, é fundada pelo industrial Paulo de Almeida Nogueira, a Sociedade Predial Esther, tendo como objetivos básicos a conservação, limpeza e segurança do edifício, assim como a administração dos inquilinos, que por seu intermédio, ficavam vinculados diretamente a usina. Esta firma, primordial para a manutenção das características do edifício, transportou para uma proposta de habitação ainda não tão difundida, como o edifício de apartamentos, toda a experiência acumulada pela Usina Esther na gestão de suas vilas operárias. Tal medida, possibilitou, entre inúmeros outros aspectos, a instauração de uma atitude paternalista por parte da Sociedade Predial. Sendo dirigida por uma pessoa de inteira confiança dos Nogueira, toda e qualquer espécie de atividade a ser efetuada nas dependências do edifício, deveria, primeiramente, ser comunicada à Sociedade Predial, podendo até ser reprimida, caso viesse a atrapalhar a boa ordem de funcionamento dos escritórios da empresa existentes no prédio.

Durante o período em que esteve funcionando – 1939 a 1962 – a Sociedade Predial impedia com que a rotatividade de inquilinos descaracterizasse as dependências do Esther. Em entrevista, um antigo funcionário da Sociedade Predial que chegou a ser zelador, revelou-me que a Sociedade incidia até mesmo na troca de pequenos elementos, como chuveiros e maçanetas, fazendo com que todos os apartamentos tivessem a mesma aparência ².

A existência desta firma interna, fez com que as mudanças que começavam a ser notadas nas imediações do edifício fossem amenizadas. Muitos dos inquilinos do prédio, pertencentes aos altos extratos da sociedade, permaneceram habitando ou trabalhando no prédio praticamente alheios ao aumento das atividades mais populares na região desde a segunda metade deste século, pois a ação da Sociedade Predial Esther conseguia manter o *status* de prédio nobre do Edifício Esther. Contudo, estas modificações começaram a se manifestar nas próprias dependências do edifício. No final da década de 40, instalou-se em seu sub-solo, local anteriormente ocupado pela Seção São Paulo do IAB e pelo Clube dos Artistas, a Boite Oásis. Mesmo reunindo uma seleta boemia artística, muitos dos inquilinos começaram a manifestar seu desagravo com os ruídos advindos do estabelecimento.

No início dos anos 60, com a difusão da idéia de existência de um novo eixo econômico, nas imediações da Avenida Paulista, muitos dos renomados profissionais que mantinham seus escritórios nas dependências do Esther foram se retirando, cedendo lugar a atividades mais populares, promovendo, assim, uma velada divergência entre a clientela-padrão e os atuais frequentadores.

Em 1962, com o intuito de diminuir de seu orçamento os gastos com a manutenção de dois grandes edifícios³, a Usina Esther realiza a venda do prédio aos inquilinos interessados, extingue a Sociedade Predial Esther, transfere seus escritórios principais para Cosmópolis, e se muda para algumas salas alugadas num edifício nas imediações dos Jardins, em São Paulo.

Os Agentes da Preservação

Não obstante as modificações apontadas, que levaram a um esvaziamento de ocupantes e diminuição no montante de verbas para sua gestão, surgem as primeiras medidas advindas do poder público visando à preservação da arquitetura do Esther. Tais medidas, mais que necessárias para a manutenção dos elementos arquitetônicos e urbanísticos do prédio, levaram, no entanto, ao estabelecimento de um conflito com a iniciativa privada, sobretudo com os proprietários, que receosos de perdas com o possível tombamento elevaram os valores dos aluguéis, e iniciaram uma série de pequenas modificações, à revelia de qualquer projeto de restauro ou intervenção, instaurando, assim, um lento processo de descaracterização. A este respeito, Prof. Nestor Goulart Reis Filho comenta que no Brasil, inexistem "*normas simples para uso. E não havendo normas para uso, os problemas de conservação são sempre ampliados*"⁴.

A atitude da Sociedade Predial Esther, como já exposto, soava tão paternalista, que mesmo os antigos inquilinos que se tornaram proprietários, não demonstraram a esperada habilidade para assegurar a manutenção do Esther. Desvinculados de qualquer referência à importância da edificação e desconhecendo até mesmo formas materiais e técnicas de manutenção, os novos proprietários não vislumbraram a necessidade de preservar o prédio.

A dissolução da idéia de *coletividade*, implícita nas ações da Sociedade Predial, a qual transformava o conjunto dos espaços do edifício num *cartão de visitas* da indústria proprietária, tida, mediante seu edifício bem cuidado, como moderna, fez com que as atitudes particulares de cada condômino, se tornassem dardos letais para a preservação da integridade da edificação. Pinturas de ambientes, colocação de elementos decorativos nas circulações comuns, todos estes elementos, administrados de maneira autônoma, corroboraram para a instauração do processo de declínio da edificação.

Como a grande maioria dos edifícios de habitação coletiva no Brasil, o Edifício Esther acabou adotando durante década de 80, o sistema de Condomínio para sua gestão. Todavia, a responsabilidade do síndico sobre a administração, é dividida com uma administradora de imóveis, a qual deixa transparecer mais preocupação com os trâmites financeiros do que com os de reparo e preservação.

Esta falta de qualificação e até mesmo de preparo por parte dos usuários de bens tombados no país, nada mais é do que reflexo da falta de reconhecimento por parte do cidadão de que ele próprio é um produtor e zelador da cultura, capaz de apontar com precisão qual é o interesse ou

não, de uma comunidade frente a um bem na eminência de ser tombado. Esta tendência de alienação e perda de identidade dos cidadãos, ocorre porque inexiste referências culturais passíveis de leitura e apreensão pela sociedade a um longo prazo. A instauração de uma constante modificação de parâmetros culturais e até mesmo políticos, impede com que haja uma "*sedimentação de tempos diferentes*"⁵, permitindo o desenvolvimento de um processo de homogeneização e massificação cultural através dos meios de comunicação e do próprio governo, que, como dito, acarreta num desprezo pela pluralidade e diversidade e num descompromisso pela cultura produzida pelo e para o cidadão.

Não tendo acesso à possibilidade de auxiliar na manutenção dos valores culturais reais, a população vive à margem dos mecanismos de preservação, contribuindo, inclusive, no processo de descaracterização e perda dos bens culturais, por pensar que os instrumentos de conservação são, por essência antagônicos às necessidades da população nacional. Como reflexo disso, temos a trajetória de tombamento do Esther, onde o poder público media forças com a iniciativa privada, num constante duelo temporal.

Os Trâmites da Preservação

Em 1975, a Secretaria Municipal de Cultura, formulou uma Lei de Preservação, a Lei 8328/75, que pretendia garantir ao Edifício Esther a manutenção das mesmas características que apresentou até o início da década de 70. Infelizmente, a referida Lei não surtiu o efeito desejado, ou seja, não impediu com que muitos dos apartamentos fossem ocupados por escritórios - o que apesar de gerar um uso de tais espaços, provocou um conflito imenso com a espacialidade das tipologias-, acarretando sua descaracterização.

Face à situação, a Secretaria Municipal de Cultura encaminhou ao Prefeito Municipal em 1983, ofício em que requeria a intervenção deste junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT - para o início do Processo de Tombamento do Edifício. Com tal pedido, o CONDEPHAAT abre o processo de tombamento nº 22.535/83, tornando-se o gestor parcial do edifício, ou seja, regulando as modificações, descaracterizações ou restaurações a serem executadas no âmbito da edificação, amparado pela legislação estadual. Desta feita, o referido órgão público comprometia-se a estudar os pedidos de alterações que viessem a ser formulados visando a adequação do edifício às novas funções almejadas por seus condôminos. Como exemplo disto temos uma seção do CONDEPHAAT ocorrida em junho de 1983, que visava discutir um projeto de reforma de parte do pavimento térreo do Esther para a instalação da Lanchonete *Dunkin Donuts* de propriedade do Sr. Nahim Ibrahim Kalim. A referida seção aprovou o projeto de reforma apresentado, inclusive permitindo a instalação de um duto de exaustão de consideráveis proporções, que partindo do pavimento térreo vai até o terraço-jardim pela parte externa do

edifício, sem o mínimo cuidado com as interferências na arquitetura. Outro exemplo, refere-se a uma grade de proteção externa que foi instalada na portaria principal do edifício. Os condôminos visando estabelecer parâmetros de segurança mais efetivos a um prédio que havia perdido sua preponderante função habitacional, encaminharam ao CONDEPHAAT o pedido para a instalação de uma grade de aço a ser executada por um serralheiro paulistano. Tal pedido, inclusive vinha acompanhado de um orçamento fornecido e de um prazo para execução da obra. Uma nova seção foi realizada e após o estudo do plano apresentado, o Conselho verificou que a instalação da grade causaria uma grande descaracterização, não apenas pelo formato, mas também pelo material e proporcionalidade à entrada principal do Edifício. Imbuída de um espírito salvaguardar, a comissão do CONDEPHAAT resolveu, então, encaminhar ao arquiteto Álvaro Vital Brazil, um ofício requisitando o projeto de uma grade que viesse a ser harmoniosa no conjunto edificado. Segundo consta do processo de tombamento, tal pedido teve origem na vontade de preservar as mesmas características do edifício, uma vez que o próprio autor da obra ainda se encontrava vivo. Ao longo deste trâmite, alguns meses se passaram, e não há indicações de que Vital Brazil chegou a elaborar a grade requisitada. Por outro lado, os condôminos desejosos de uma resolução às suas queixas, não apenas aceitaram o orçamento fornecido a eles, como encomendaram e instalaram à revelia do Conselho, a grade, que dentre os possíveis efeitos esperados por sua interferência, redundou na quebra de uma das placas de granito tijuca que reveste a portaria principal.

Anos mais tarde, por volta de 1985, uma arquiteta, parecista do próprio CONDEPHAAT, lamenta a existência do duto externo, bem como a presença da grade, passível de maiores estragos se retirada. Assim, as atitudes para salvaguardar o prédio acabaram sendo atropeladas pela morosidade dos trâmites oficiais, os quais não foram compatíveis à *'Lei do Mercado Imobiliário'*, que em frações de segundos decide o futuro de muitos bens patrimoniais, móveis e imóveis, imputando-lhes destinos, muitas vezes diversos daqueles almejados pelos que reconhecem neles valores especiais.

As modificações após estes episódios, onde se atestou a dificuldade do Conselho em resolver questões simples, tomaram proporções alarmantes no edifício. Os apartamentos da cobertura, especificamente o de nº 1101, tiveram a área de seu terraço-jardim transformada numa espécie de "fonte neo-colonial", onde ânforas e azulejos com arabescos azuis adornam uma das escadas helicoidais projetadas por Vital Brazil. Muitos escritórios do terceiro e quarto pavimentos, impedidos de modificarem as vedações – o que contraria totalmente o princípio de flexibilidade espacial dado ao edifício – improvisam toscas vedações de alvenaria de blocos, que por não alcançarem o teto, são considerados eventuais e removíveis. Os poços centrais de iluminação tornaram-se mais sujos e úmidos do que já eram, devido à falta de manutenção das instalações sexagenárias de água e esgoto, e muitas áreas de serviços de antigos apartamentos tornaram-se fétidos depósitos de lixo, ou arquivos-mortos de escritórios.

Em 26 de Março de 1990 tem fim o processo de tombamento, o qual após ter sido examinado pela Professora e Pesquisadora Aracy Amaral, recebeu o parecer favorável ao tombamento. Em 25 de Agosto do mesmo ano é publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na Seção I, p. 24 o decreto que considera o Edifício Esther Bem de Interesse Histórico-Arquitetônico Estadual.

Infelizmente, as modificações presentes no edifício foram tombadas juntamente com os elementos primordiais de sua arquitetura, e acabaram por perpetuar exemplos de desrespeito a uma atitude preservacionista da maior importância. Não obstante os fatos apresentados, verifica-se que a situação atual do edifício é precária. Se em 1987 ao retornar ao Esther, Vital Brazil indignou-se com a pouca conservação ⁶, hoje em dia pode-se dizer que a mesma inexistiu. O edifício se encontra sujo, com problemas nas instalações elétricas e sanitárias, de funcionamento inadequado dos elevadores, e pior, enfeitado por grande parte de seus proprietários e usuários, uma vez que os mesmos não se acham no direito de restaurá-lo, já que é um bem, de certa forma público.

O Edifício Esther está em grande parte vazio, mesmo assim, o aluguel de uma sala nos seus andares inferiores pode chegar até R\$ 800,00 ⁷. Contudo, o setor imobiliário não se empenha em fomentar políticas de renovação das estruturas de funcionamento do Esther, o que provavelmente, ajudaria muito na preservação da memória arquitetônica nacional.

Bibliografia

- BRAZIL, Álvaro Vital (1986). **Álvaro Vital Brazil: 50 anos de Arquitetura**. São Paulo: Nobel
- CASTELLO-BRANCO, Ilda Helena Diniz (1989). **Arquitetura no Centro da Cidade. São Paulo, edifícios de uso coletivo: 1930-1945**. São Paulo: FAU-USP. Dissertação de mestrado.
- CORBUSIER, Le (1986). **A Carta de Atenas**. 1ª reimpressão. São Paulo: HUCITEC-EDUSP.
- NOGUEIRA, Paulo de Almeida (1955). **Minha Vida: diário de 1893 a 1951**. São Paulo: Editado por Paulo Nogueira Neto e José Bonifácio Coutinho Nogueira. Empresa Gráfica Imprensa dos Tribunais.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Modernizada ou Moderna? A arquitetura em São Paulo: 1938-1945**. São Paulo: FAU-USP. Tese de Doutorado.
- REIS FILHO, Nestor Goulart (1996). **Por uma Nova política de Conservação: edifícios e bairros construídos no século XX**. São Paulo: FAU-USP. Caderno de Pesquisa do LAP, nº 16, (novembro / dezembro).
- RODRIGUES, Marly (1994). **Alegorias do Passado: a institucionalização do Patrimônio em São Paulo - 1969-1987**. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado.
- SOMEKH, Nádia (1997). **A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador: São Paulo 1920 - 1939**. São Paulo: Studio Nobel / EDUSP.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1996). **Tristes Trópicos**. São Paulo: Cia das Letras. Cap.11: *São Paulo*, pp. 91-100.
- Artigos
- BRAZIL, Vital e MARINHO, Adhemar (1938). **Edifício Esther**. In Revista Acrópole, nº 1, ano 1, (maio). São Paulo, s.e., pp. 54-66.
- _____. (1938). **Edifício Esther**. In Revista Polytechnica, ano XXXIV, (maio-agosto). São Paulo: Escola Polytechnica, s/p.
- CONDURU, Roberto (1995). **Álvaro Vital Brazil: rigor e urbanidade**. In Revista Arquitetura e Urbanismo, nº 62, (outubro/novembro). São Paulo: PINI, pp.81-89.
- DAHIER, Luiz Carlos (1981). **O Edifício Esther e a Estética do Modernismo**. In Revista Projeto nº 31, (julho). São Paulo: Arco Editorial, pp. 55-63. Mimeo.
- SEGAWA, Hugo (1987). **O Herói Desconhecido da Arquitetura Moderna: entrevista**. In Revista Projeto nº 96, (fevereiro). São Paulo: Arco Editorial, pp. 59-64. Mimeo.

Currículo

Fernando Atique é graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo –FAPESP-, acaba de concluir uma pesquisa, em nível de Iniciação Científica, sobre a Concepção e o Impacto do Edifício Esther na São Paulo dos anos 30. Desenvolve atividade pesquisa desde 1996, apresentando trabalhos em diversos encontros sobre Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Em 1998 recebeu diploma de Menção Honrosa por sua participação no VI Simpósio de Iniciação Científica da USP.

Endereço

Rua Guilherme Orlando Sabino, 400
Residencial Samambaia
São Carlos / SP
13565-555
e-mail: fatique@sc.usp.br

Notas

- ¹ LÉVI-STRAUSS, Claude (1996). **Tristes Trópicos**. São Paulo: Cia das Letras. Cap.11: *São Paulo*, pp. 91-100.
- ² Entrevista concedida por João Rodrigues de Oliveira, 82 anos, em Cosmópolis. Este senhor, iniciou seus trabalhos no Esther em 1938, e foi zelador do edifício por 23 anos.
- ³ Há informações de que o Edifício Arthur Nogueira era gerido da mesma maneira que o Esther.
- ⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart (1996). **Por uma Nova política de Conservação: edifícios e bairros construídos no século XX**. São Paulo: Caderno de Pesquisas do LAP nº 16 / FAUUSP, p.11.
- ⁵ ARANTES, Otilia Fiore (1998). **O Urbanismo em Fim de Linha**. São Paulo: EDUSP
- ⁶ Ver entrevista de Vital Brazil a Hugo Segawa *in* Revista Projeto, nº96. **O Herói Desconhecido da Moderna Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Arco Editorial, pp.59-64.
- ⁷ Valor em Outubro de 1998